

-----**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA DOIS DE FEVEREIRO DO ANO
DE DOIS MIL E SETE:**-----

-----Ao segundo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago” em Odemira, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado apenas pela senhora Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo da alínea b) do número um do artigo quinquagésimo e da alínea b) do número um do artigo quinquagésimo quarto, da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**Ponto único: ESTADO DA SAÚDE NO CONCELHO DE ODEMIRA.**-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Segundo Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado a presença de trinta e dois membros da Assembleia Municipal, a saber os senhores Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo Castanheira Vilhena, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira Gonçalves, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José Manuel Reis Guerreiro, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da

Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Fernando José Romão da Silva Valério, Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira e José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha.-----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal; José Alberto Candeias Guerreiro e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Cláudio José dos Santos Percheiro, Manuel da Silva Cruz e Abílio José Guilherme Bejinha, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a presença de todos, nomeadamente aos representantes das entidades previamente convidadas para o efeito: Dr. Horácio Feiteiro, em representação do senhor Coordenador da Sub-Região de Saúde de Beja; Dr.^a Alda João, Directora do Centro de Saúde de Odemira; Dr.^a Rosa Matos Zorrinho, Coordenadora da Administração Regional de Saúde do Alentejo - Évora, em representação do senhor Ministro da Saúde; Dr.^a Maria da Conceição Margalha, da Administração Regional de Saúde do Alentejo - Évora; Eng.^o Luís Melo, Director de Estradas de Beja; Sr. Augusto Inácio Maria, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira e o senhor Nazário Viana, Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira.-----

-----Informou ainda que não puderam comparecer os senhores Presidente do Conselho Directivo do INEM e Governador Civil do Distrito de Beja.-----

-----Seguidamente, explicou que a presente sessão tinha sido solicitada a requerimento de um grupo de membros da Assembleia Municipal, para discutir o “Estado de Saúde no Concelho de Odemira”, e bem assim que tinha decidido alargar o tema à questão das acessibilidades, nomeadamente de Odemira a outros centros urbanos com estruturas de saúde, porque entendia que saúde e acessos eram indissociáveis.-----

-----Referiu ainda os objectivos relativamente à presente sessão e que são “em primeiro lugar, sensibilizar as forças vivas deste concelho para a problemática da saúde, no sentido de que a todos se exige uma maior intervenção nesta área e também na área dos acessos, a fim de que cada munícipe, empreste a sua voz e a sua força para se conseguir alterar o que tem de ser alterado, para que mais ninguém morra ou fique gravemente afectado, por não prestação atempada de cuidados de saúde.-----

-----(...) os empresários, eu penso que é tempo também de, neste país e neste concelho, se ter um acesso ao escoamento dos produtos das empresas, porque são as empresas que criam riqueza, (...) que têm de pegar nas mãos também os cuidados de saúde dos seus trabalhadores. Nós tivemos episódios em que se evidenciou a necessidade de prestar assistência a trabalhadores de empresas e portanto, se as empresas estiverem conscientes desta responsabilidade, isso facilita também o trabalho posterior que os profissionais de saúde podem prestar, em tempo, às pessoas que desses cuidados carecerem.-----

-----O prémio que se tem de se dar aos empresários, pensamos nós, é de facto, o de melhorar também os acessos. E se há empresários que hoje exportam, empresários aqui na zona de Odemira que hoje exportam produtos através do aeroporto de Faro, eu penso que quando tivermos o aeroporto de Beja a funcionar, o poderão fazer com menores custos, com mais eficiência e portanto aliciá-los também para estes problemas da saúde.-----

-----(...) Esta Assembleia pode também servir para que o concelho de Odemira, nesta área, nesta temática, ganhe força junto de quem decide, seja o Governo, sejam as entidades ligadas à saúde e às estruturas rodoviárias ou outras. A nossa ideia é que estas entidades possam entender as nossas especificidades próprias que, naturalmente, requerem respostas porventura diferentes de outros Municípios, que foram bafejados pelo facto de estarem mais próximos dos hospitais ou de outras unidades de saúde.-----

-----Quero sublinhar que o nosso objectivo ultimo é não só reflectir, mas também exigir uma resposta diferente a situações diferentes, naturalmente com serenidade, sem ofensas, mas de uma forma persistente.-----

-----(...) Tivemos recentemente nas televisões, nas rádios, nos jornais algum tempo de antena e queremos agradecer o interesse que os meios de comunicação social dedicaram às nossas dificuldades nesta área. Foi uma boa ajuda, pensamos, para sensibilizar os poderes públicos. Mas permitir-me-ão que refira que a Assembleia Municipal já, por outras vezes, alertou para estes problemas e mais uma vez, eu tenho de lembrar aqui uma exposição que os profissionais de saúde deste concelho (médicos e enfermeiros) fizeram chegar à Assembleia Municipal, relativamente a uma viatura que pudesse prestar cuidados rápidos de saúde. Eu estou-me a referir a uma exposição que esses profissionais fizeram e alguns estão aqui e que a Assembleia Municipal apreciou na reunião de vinte de Dezembro de dois mil e quatro”.-----

-----Seguidamente leu a Resolução aprovada, por consenso, naquela sessão e que ficará arquivada no maço do documentos da presente sessão.-----

-----Por último, disse: “Não podem, os outros poderes públicos, dizerem que não receberam esta Resolução e tenho esperança que, a breve prazo, se possa dar satisfação aos anseios que a Assembleia Municipal exprimiu naquela Resolução, na sequência da exposição dos referidos profissionais de saúde e não me digam que não há dinheiro para pôr em execução o que até já foi recentemente anunciado e prometido, penso que não poderíamos aceitar uma tal desculpa.”-

-----Seguidamente informou acerca da metodologia proposta para a presente reunião, designadamente que se iniciaria com a intervenção do público, seguindo-se as intervenções dos representantes de cada força partidária na Assembleia Municipal, dos Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho e dos restantes membros da Assembleia Municipal. Posteriormente, interviriam o senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira e os senhores Vereadores do Executivo Municipal e por fim os convidados presentes. Esta metodologia foi aprovada por consenso.-----

-----Apelou ainda para que o debate decorresse com elevação e sem ofensas.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio a senhora Aliette Martins, Directora do Jornal Litoral Alentejano, que disse o seguinte: “Eu tenho uma série de questões que gostaria de colocar, tendo em conta todo o desenvolvimento das últimas ocorrências em Odemira, mas aquela que me preocupa mais é exactamente, saber no aspecto, portanto, dos técnicos que poderão eventualmente nos elucidar sobre essa questão, até mesmo para poder fazer qualquer aviso público, qualquer apelo, no sentido das pessoas se tranquilizarem ou pelo menos se prevenirem. São os dois parâmetros que coloco como situação de facto.-----

-----A questão que coloco é a seguinte: será eventualmente por uma situação de falta de meios que determinadas preocupações podem chegar aos habitantes e àqueles que visitam Odemira e aqui permanecem ou pela distância? Porque eu em Portugal, não vejo a distância como factor primordial para uma situação de risco, no entanto não sabemos. Eu vivi em países que as distâncias eram muito longas, tínhamos que andar muito e tínhamos que percorrer muitos quilómetros, mas essa questão não se colocava tão acentuadamente como em Portugal.-----

-----Deduzo, mas pode ser errado, que a falta de meios será, na realidade, o principal factor. Se me for possível responder concretamente a essa questão, penso que algumas dúvidas que por aí se poderão levantar, vêm por natureza, a ser resolvidas, no sentido do esclarecimento que eu

preciso para eu poder fazer um apelo ao público, para que não deixem de vir a Odemira.-----

-----E digo isto com uma situação muito concreta, é que tudo aquilo que li e reproduzi no jornal Litoral Alentejano, que saiu, está na banca, leva-me a concluir uma série de factores que me preocupam.-----

-----Eu hoje tenho alguma dificuldade em vir a Odemira, porque não sei o que poderei encontrar se aqui tiver um problema, ou seja, em termos não só de resposta médica, como também de meios para poder ser conduzida a um hospital, onde possa ser tratada. E não digo isto por acaso, digo isto com conhecimento de causa e até dou o testemunho público do seguinte: eu própria tive um problema muito grave, costumam os meus médicos dizer que sou uma sobrevivente. Estava às portas de Lisboa e cheguei a Lisboa passadas mais de dezoito horas, porque o meu estado só assim permitiu que eu fosse transportada para o hospital. Estava no Barreiro e fui para a Cruz Vermelha Portuguesa, passadas dezoito horas. Portanto não foram seis horas.-----

-----E isto leva-me a considerar que há qualquer coisa muito profunda que temos de debater, entender e depois questionar inclusivamente o sistema em que estamos inseridos.-----

-----Porque a informação de um modo geral concluiu que o doente não teve assistência médica. Pergunto: Teria tido ou não?-----

-----Interveio o senhor Fernando Fialho, Enfermeiro no Centro de Saúde de Odemira, que disse o seguinte: “Tenho estado desde o início no grupo de enfermeiros e de outros técnicos que nos apoiaram na reivindicação do carro aqui para o concelho de Odemira. A questão que queria colocar era se o anúncio que foi feito hoje pelo Ministro da Saúde, ao dizer que a reconversão dos serviços de urgência iria ficar congelada provavelmente até ao Verão de dois mil e oito, se alguém dos presentes sabe ou pode vir a saber se isso vai afectar as promessas que foram feitas aqui recentemente da transformação em SUB, portanto, num serviço de urgência básica aqui para Odemira e da implementação da viatura rápida que chamam agora URSIV”.-----

-----Interveio o senhor Raul de Almeida que considerou que seria a melhor altura para “agarrarem” a questão das acessibilidades, para que definitivamente a população do concelho de Odemira, à semelhança dos restantes Portugueses, tivesse direito a ter acessos por vias normais aos grandes centros, nomeadamente aos hospitais e não só.-----

----Disse também que tanto em relação à questão do IC4, quanto à questão do IP2 ou via semelhante, estava na altura de fazerem um apelo, para que fossem informados de uma vez por todas, se tinham ou não os mesmos direitos dos outros Portugueses.-----

-----Interveio o senhor Edgar Santos, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que informou que enquanto técnico e enfermeiro, considerava que era importante encontrarem caminhos para soluções futuras. Considerou ainda que não deveriam apenas pensar na problemática das emergências, mas também nos próprios cuidados que são prestados à população, nomeadamente na carência efectiva de profissionais.-----

----Disse ainda, “a questão que eu queria colocar tem a ver com a falta de enfermeiros e a falta de meios, que não há em número suficiente”. Revelou que os meios disponíveis eram antigos, tinham carros com mais de nove anos.-----

-----Interveio a senhora Cláudia, enfermeira do Centro de Saúde de Odemira, que disse: “Uma vez que colocaram aqui a questão das acessibilidades, parece-se pertinente falar na questão do heliporto que tem sido falado mais entre os membros da Câmara Municipal e Centro de Saúde de Odemira. Gostava de saber em que ponto está a situação, se vai ser realizado se não vai, porque realmente nós lá não sabemos rigorosamente de nada e parece-me que é uma forma de encurtar e de melhorar a acessibilidade aos cuidados mais diferenciados”.-----

-----II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto único:** ESTADO DA SAÚDE NO CONCELHO DE ODEMIRA:-----

-----Registaram-se as intervenções dos membros representantes de cada força política representada neste Órgão, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal indicado como

primeiro orador, a senhora Maria da Piedade Barradas, da Coligação Democrática Unitária, por ter sido a primeira signatária do abaixo-assinado que originou o agendamento da presente sessão.-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas, da Coligação Democrática Unitária, que disse o seguinte: “Boa noite a todos! Como primeira signatária do requerimento que deu origem à convocatória para esta reunião, quero agradecer em primeiro lugar ao senhor Presidente tão prontamente ter acedido à nossa solicitação. Quero agradecer às entidades convidadas estarem aqui presentes e também ao público pelas questões pertinentes que também colocaram.-----

----Quando na última sessão ordinária desta Assembleia, realizada no passado dia 20 de Dezembro, questionei o Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca do novo sistema de funcionamento das emergências, o qual estava a causar situações algo preocupantes na área do nosso Município, e quais as diligências que a CMO estaria a desenvolver para tentar ultrapassar esta situação, estava longe de imaginar que, em tão curto prazo, nos viríamos a defrontar com as trágicas ocorrências do passado mês de Janeiro.-----

----Que o modelo adoptado para as emergências possa resultar em grandes centros urbanos, onde os veículos próprios e os Centros Hospitalares abundam, não nos cabe a nós questionar, mas generalizar o sistema a áreas rurais com elevada dispersão geográfica, a 70 ou 100 km de um Centro Hospitalar com todas (ou pelo menos várias) valências, com apenas um (ou mesmo até nenhum) VMER, uma população envelhecida e acessibilidades pouco adequadas é, no mínimo, irresponsável.-----

----**É esta a realidade com que se depara a população do nosso concelho:**-----

----- - Cerca de 26 000 habitantes para mais de 1 700 km²;-----

----- - Sede do concelho e respectivo SAP a 70 km do Hospital do Litoral Alentejano, 100 km do Hospital Distrital de Beja;-----

----- - Freguesias com localidades que distam cerca de 50 km do SAP local;-----

----- - 1 VMER para todo o distrito e estacionado a 100 km;-----

----- - Um quadro médico provido com metade dos técnicos que comporta;-----

----- - Um substancial acréscimo de população flutuante durante a época estival;-----

----- - Acessos que não respondem devidamente às necessidades de deslocação;-----

----- - Uma população envelhecida nas áreas de interior em processo de desertificação.-----

-----É indiscutível o esforço e a dedicação dos nossos profissionais de Saúde e dos nossos bombeiros voluntários, que se deparam diariamente com inúmeras situações complicadas a que procuram dar a melhor resposta possível. Não é isso que está em causa. São eles os primeiros, certamente, a sofrer com a sua própria impotência perante determinadas situações. Para salvar uma vida sabemos que qualquer minuto conta; num ataque cardíaco a primeira hora é decisiva. Sem os meios adequados, sem os cuidados diferenciados na hora certa, a batalha facilmente resulta inglória...-----

-----A luta pela qualidade da Saúde dos odemirenses não é novidade. Já no mandato de 1989-1993 várias diligências foram efectuadas para que Odemira tivesse uma Unidade Hospitalar. Como remedeio, construíram-nos um novo SAP, com a promessa de 8 camas para internamento...Soube a pouco!-----

-----Recentemente muitas diligências foram feitas, a destacar:-----

----- - Durante 2004, um grupo de enfermeiros do Centro de Saúde de Odemira disponibilizou-se para tripular uma viatura que constituísse uma solução intermédia na área do Município, o que, apesar de diversas exposições junto das várias entidades responsáveis, não obteve qualquer resposta prática, antes, pelo contrário, veio a ser retirado esse tipo de veículo (VAPH) que se encontrava localizado em Ourique;-----

----- - Em Agosto de 2006, o Comandante dos BVO enviou carta-ofício às Juntas de Freguesia no sentido de alertar para a entrada em funcionamento do CODU Alentejo e respectivas

consequências; aparentemente, a entrada em funcionamento deste CODU, apressadamente e sem acautelar de forma adequada as situações de risco, serviu essencialmente de pretexto para o Centro de Saúde cortar a eito na justificação para uso de ambulâncias;-----

----- - Em Dezembro último, em resposta às exposições feitas pela Comissão Concelhia do PCP na sequência das queixas de diversos munícipes, o grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República enviou ao nosso Concelho o Sr. Deputado José Soeiro, o qual visitou as freguesias do interior do concelho, o Lar de Sabóia, a sede da AHBVO, tendo ouvido as exposições feitas pelos responsáveis e utentes das instituições visitadas; lamentavelmente, apenas a Direcção do Centro de Saúde manifestou indisponibilidade para o receber;-----

----- - São de realçar, também, os requerimentos apresentados pelo Sr. Deputados José Soeiro na Assembleia da República em 19 e 20/12 e em 23/01 últimos, questionando os Ministérios da Administração Interna e da Saúde sobre assuntos relacionados com a área da Saúde no nosso concelho.-----

-----Sobre os acontecimentos mais recentes, quero registar negativamente o “orgulho” manifestado pelo Sr. Ministro da Saúde em não ter mandado instaurar um inquérito para esclarecimento da situação ocorrida em 8 de Janeiro, assim como a sua visita à socapa ao Centro de Saúde local em 24 de Janeiro.-----

-----Perante tanta pressão e mediatização destas tristes ocorrências, novas medidas foram anunciadas pelo Ministério da Saúde, entre elas a promessa de uma viatura intermédia a estacionar em Odemira. Só peca por tardia. Afinal, não foi essa a intenção do grupo de enfermeiros em 2004? Porque não foi atendida então e a tempo de se evitaram situações como as ocorridas? Será que alguém já se terá lembrado de perguntar aos mesmos enfermeiros se estes ainda continuam disponíveis?-----

-----Outras questões se colocam. Estas medidas anunciadas pelo Sr. Ministro levam 6 meses a implementar e, entretanto, mais vidas se poderão perder... e serão só 6 meses?-----

-----**Infelizmente, Sr. Ministro, promessas não salvam vidas!**-----

-----É muito triste para os odemirenses ver o seu concelho, que já foi conhecido pela elevadíssima taxa de suicídios e pelo elevado número de crianças a nascer em ambulâncias, confrontar-se agora com a infeliz estatística das mortes por falta de socorro atempado, o que nos leva a questionar a aparente falta de coordenação e de operacionalidade dos serviços de emergência. Pois, nestes casos, restar-nos-á sempre a dúvida sobre se, noutras condições, as perdas de vida seriam evitáveis.-----

-----Como odemirense, como munícipe, como autarca, deixo aqui várias interrogações:-----

----- - Com tanta preocupação com a Saúde, e tanta falta de técnicos desta área no nosso concelho, por que razão não se tem aproveitado os enfermeiros, médicos e técnicos de radiologia que por aqui têm passado e manifestado interesse em fixar-se? Por que razão, sendo esta situação tão preocupante e o nosso concelho tão deficitário, apenas se tem reforçado temporariamente as necessidades com contratos de 3 meses e recibos verdes? Não seria de aproveitar o interesse e a disponibilidade desses técnicos para criar soluções a longo prazo?-----

----- - Será que os odemirenses são portugueses de segunda categoria?-----

----- - Será que os nossos impostos valem menos do que os de habitantes dos grandes centros urbanos?-----

----- - Poderá a falta de cuidados médicos adequados incentivar, ainda mais, o êxodo dos odemirenses para esses grandes centros?-----

----- - Será que o fantasma omnipresente do “deficit” orçamental tem mais valor do que a saúde, a segurança, o bem-estar, ou mesmo a VIDA das pessoas?-----

----- - Será que, depois de condenados a nascer nas ambulâncias, os odemirenses estarão agora, inexoravelmente, condenados a morrer por falta de cuidados diferenciados e atempados?-----

-----Da minha parte e do grupo de eleitos pela CDU nesta Assembleia fica uma certeza: tudo faremos para que sejam cumpridas as promessas do Sr. Ministro da Saúde e, mais ainda, para

que sejam criadas rapidamente as soluções mais adequadas no sentido de ser assegurada a melhor assistência aos nossos munícipes, em qualquer situação.-----

-----A deputada municipal, eleita pela C.D.U.,-----

------(M^a. da Piedade Barradas)”-----

-----Interveio o senhor Fernando da Encarnação, da Coligação Por Odemira, que fez a seguinte intervenção: “Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.-----

-----Este problema de saúde do concelho de Odemira, não é de agora. Já é de há muitos anos atrás. Eu recordo que a Assembleia Municipal já teve uma Comissão de Saúde que nos debatemos pela saúde no concelho de Odemira e infelizmente, toda a gente, fez “ouvidos de mercador”.-----

-----Eu na minha opinião, Portugal é constituído por uma série de Portugalzinhos e Odemira, infelizmente, tal como acontece com Portugal no contexto europeu, em que Portugal está na cauda da Europa, parece-me que o concelho de Odemira, no contexto de Portugal também está na cauda do país.-----

-----Temos a infelicidade de termos a posição geográfica que temos...não somos carne nem peixe! Não somos nem Beja, nem Setúbal! E andamos aqui em bolandas de um lado para o outro, e nós é que sofremos na pele, portanto, este parece que desconhecimento do concelho de Odemira.-----

-----É preciso haver algo de grave para aparecer na televisão e etc. Mas isto rapidamente desaparece!-----

-----As promessas que o senhor Ministro fez, os senhores querem apostar que não vão ser cumpridas! Eu aposto o dobro contra singelo, em como não vão ser cumpridas. Aconteceu, faz-se. Tenta-se lavar tudo, tapar os olhos aos Portugueses que o tempo depois faz esquecer as coisas.-----

-----O mesmo aconteceu quando foi da questão de acabarem com o hospital em Odemira. Foram feitas promessas que não se cumpriram.-----

-----O plano Arnault de saúde para o concelho, esse sim estava bom, porque previa para o distrito de Beja a construção de três hospitais com a categoria de distrital, seria um em Odemira, outro em Mértola, outro em Moura e ficando o de Beja centralizado. Ficávamos efectivamente com uma boa cobertura de saúde, a nível de distrito. Só que foi feita a promessa, mas não foi cumprida, porque depois mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Odemira passou a pertencer, por artes mágicas em termos de saúde ao distrito de Setúbal, com a promessa (essa foi cumprida) da construção de um hospital com a categoria de distrital, em Santiago do Cacém e que Odemira ficaria a depender de Santiago do Cacém.-----

-----E foi por isso, foi a razão evocada na altura para não ser construído aqui um hospital, com a categoria de distrital. Foram depois dar essa categoria, a um hospital em Serpa a vinte quilómetros de Beja, fizeram um em Mértola e foram fazer um Centro de Saúde com internamento em Ferreira do Alentejo, a outros vinte quilómetros de Beja.-----

-----Viva efectivamente a inteligência dos nossos governantes!-----

-----Eu continuo e cada vez penso mais que infelizmente não estamos a ser governados com a cabeça, mas estamos a ser governados com os pés. Esta é a minha opinião, porque vejo medidas que sinceramente eu fico boquiaberto.-----

-----E já no âmbito e já não é propriamente no da saúde, mas é talvez um prolongamento do da saúde, foi esta questão de terem retirado as autópsias de Odemira e transferirem para o hospital de Santiago do Cacém, onde foi criado um gabinete médico-legal que pasme-se...que pasme-se, ao contrário e é por isso que eu digo que nós termos vários Portugais em Portugal, em Lisboa o próprio Instituto de Medicina Legal faz as autópsias e os reconhecimentos são feitos depois das autópsias, ali não, exigem o reconhecimento prévio esquecendo-se que Odemira que não está ali ao lado do hospital, têm que os familiares se deslocar para Santiago do Cacém. Só

depois de reconhecido é que será marcada a autópsia se houver médico, se não houver médico, vai se depois lá outra vez.-----

----Mas mais curioso ainda, o gabinete médico-legal está a pedir que os familiares que vão fazer os respectivos reconhecimentos levem o Bilhete de Identidade e uma fotocópia do Bilhete de Identidade, porque o gabinete não tem uma fotocopiadora, o gabinete não tem um fax. Parece-me que andamos todos a brincar com os Portugueses! Esta é a verdade meus senhores! Parece que andamos todos a brincar com os portugueses!-----

----Eu tenho dito várias vezes, tenho pena de não ter nascido esquimó, estou farto de ser Português! Tenho dito!”-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso, do Partido Socialista que fez a seguinte intervenção: “Apraz-me ver uma sala tão composta. Um agradecimento ao público presente. Um agradecimento aos convidados presentes.-----

----O Grupo de eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal gostaria de fazer uma curta intervenção centrada em apenas 4 pontos.-----

----Em 1.º lugar gostaríamos de apresentar os mais sentidos pêsames às famílias das vítimas dos trágicos acontecimentos recentemente tornados públicos, mas também a todas as famílias que viram ao longo dos tempos de forma incógnita os seus entes queridos desaparecer por falta de meios de assistência, pois este não é problema recente, arrastando-se há imenso tempo, sublinho há imenso tempo.-----

----Em 2.º lugar o Partido Socialista quer dizer que lamenta que as acessibilidades do e para o concelho, após vários anos e sucessivos governos não tenham sido executadas, nomeadamente o IC4 (que nos aproximaria vertiginosamente do hospital do Litoral Alentejano em Santiago do Cacém e do Hospital do Barlavento em Portimão) e a continuação do IC2 de Ourique até Odemira (que reduziria em cerca de 20 minutos a ligação ao nosso hospital de referência, o Hospital de Beja). Queremos acreditar que com o actual governo a situação será alterada e

novos desenvolvimentos se conhecerão.-----

-----O Partido Socialista lamenta ainda que as instâncias ligadas à saúde nacionais e regionais apesar de conhecedoras das nossas dificuldades continuem há anos a fio a não tomar as medidas de excepção que a nossa realidade obriga. Queremos confiar que o actual governo com o conhecimento profundo que tem da nossa situação venha a tomar essas medidas de excepção.-----Em 3.º lugar o Partido Socialista quer dizer que se orgulha dos seus bombeiros pelo empenho e prontidão sempre demonstrados, o que em muitos casos minimizou ocorrências trágicas.-----

-----O Partido Socialista sente-se também orgulhoso com a generalidade dos profissionais de saúde que servem o concelho. Lembramos que em 2004 um grupo desses profissionais, consciente das debilidades do nosso sistema de urgências, tomou a iniciativa de propor uma VMER para o nosso concelho, mostrando-se esse grupo disponível para a operar.-----

-----O Partido Socialista orgulha-se também dos órgãos municipais, assembleia municipal e câmara municipal, por sempre se terem batido por esta causa e sempre terem apresentado propostas para a solução de algumas das nossas reivindicações.-----

-----No 4.º ponto o Partido Socialista gostaria de vincar que Odemira como é obvio é para nós um concelho muito especial, especial porque aqui vivemos e porque aqui gostamos de viver. Mas também para as entidades públicas, nomeadamente as ligadas à saúde, ele deve ser visto como um concelho especial, não porque como nós gostem especialmente dele mas porque se trata de um concelho:-----

----- - Imenso com aproximadamente 1721 km2;-----

----- - Com algumas das suas povoações a 50 minutos da sede de concelho;-----

----- - Com vias de acesso dificultadas pela geografia da região;-----

----- - Com, tal como a generalidade do Alentejo, uma povoação envelhecida;-----

----- - Com uma realidade preocupante que é a falta de médicos;-----

----- - Com uma oferta privada de cuidados médicos insignificante;-----

----- - Com os Hospitais de referência a 1 hora de distância da sede de concelho;-----

---- - Com...-----

----Será que tudo isto não nos torna especiais?-----

----Será que tudo isto não requer medidas especiais?-----

----O Partido Socialista acredita que sim, acredita neste governo e acredita nos órgãos municipais para levar esta nossa reivindicação, esta nossa pretensão a bom porto”.-----

-----Seguiram-se as intervenções dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Odemira:-----

----Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que disse o seguinte: “Boa noite senhor Presidente. Boa noite senhores caros convidados, boa noite meus caros colegas da Assembleia Municipal, órgãos de comunicação social e restante público em geral e senhores Vereadores.-----

----Senhor Presidente, eu se calhar num minuto não consigo transcrever o que há catorze anos ando a tentar e refiro-me nomeadamente, a ter as ambulâncias que nós já falámos aqui nas acessibilidades, mas as acessibilidades podem estar prontas, se não tivermos os veículos para podermos transitar nelas, nós não poderemos também prestar os cuidados que nós queremos às nossas populações. Ou seja, há catorze anos que ando a tentar legalizar duas ambulâncias que a minha freguesia tem, ou seja eu há nove anos que sou Presidente da Junta e isto já se arrasta de dois antecessores meus.”-----

----Seguidamente leu a todos os presentes o ofício por ele enviado ao Instituto Nacional de Emergência Médica, sobre alvará para transporte de doentes.-----

----Disse ainda “Eu não podia deixar passar esta oportunidade de esclarecer também o que é que nós no terreno sofremos, porque no concelho de Odemira, as Juntas de Freguesia têm cerca de vinte viaturas, quase tantas se calhar, como a corporação dos bombeiros, das quais os

serviços que nós fazemos é hemodiálise, quimioterapia e a maior parte que é consultas e a Dr.^a Alda sabe perfeitamente que ainda quem consegue socorrer muitas vezes, são as Juntas de Freguesia.”-----

----Por último, disse que era Coordenador Adjunto da Delegação Distrital da ANAFRE e que já tinham reunido várias vezes para debater o tema, inclusivamente com a Administração Regional de Saúde de Beja. Revelou ainda que a média de quilómetros efectuados pelas ambulâncias de algumas Juntas de Freguesia era cerca de dezanove mil quilómetros por mês, o que demonstrava bem o trabalho que efectuavam e o respeito que considerava que mereciam ter.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís que fez a seguinte intervenção: “Temos vivido de há longos anos no Alentejo e no nosso concelho em particular, tempos difíceis no que diz respeito à assistência médica dos cidadãos. Os últimos tempos têm sido até bastante conturbados devido à falta de médicos de família, falta de valências a nível distrital e falta de capacidade de resposta nas situações de emergência, por falta de meios técnicos e humanos.-----

----No tocante aos cuidados paliativos de saúde, são no nosso concelho completamente inexistentes.-----

----Neste momento as freguesias de S. Luís, Relíquias, Zambujeira do Mar e Pereiras-Gare não têm médico de família, e onde existem são os mesmos que asseguram os serviços de urgência pelo que faltam nas consultas. Apenas alguns utentes forçados pela necessidade, tiveram que se inscrever em médicos que prestam serviço em Odemira. Mesmo em algumas freguesias onde existem médicos, por vezes são insuficientes para o número de utentes aí residentes. Como será assim possível uma prestação de cuidados básicos eficaz?-----

----Se analisarmos profundamente a situação concluiremos que a mesma deriva da falta de organização, falta de planeamento e gestão, e da falta de capacidade e vontade políticas, para

pôr termo a este estado de coisas.-----

-----Sabemos todos nós que os recursos não são ilimitados, mas estamos convictos que os recursos materiais e humanos existentes no país, com uma melhor organização e distribuição geográfica, poderão gerar uma resposta bem mais eficaz aos cidadãos.-----

-----Tem-se verificado ser insuficiente, os Municípios concederem bolsas de estudo preferenciais aos estudantes, nos diversos ramos da saúde, ou facilitarem habitação aos técnicos dessa área. Também é necessário, que o poder central se empenhe criando medidas de discriminação positiva, que visem nomeadamente, tornar os centros de saúde e hospitais do distrito mais atractivos, para que os profissionais neles se fixem, concedendo incentivos de ordem económica e profissional, facilitando o acesso à formação e actualização dos seus conhecimentos científicos.-----

-----Os técnicos que exercem nas zonas mais despovoadas e menos desenvolvidas do país, não devem ser penalizados na sua evolução profissional, antes pelo contrário deverão ser compensados, pela sua atitude altruísta.-----

-----É convicção dos membros da C.D.U. que este concelho dada a sua dispersão geográfica deveria merecer uma atenção especial, tanto mais que se trata do 2.º concelho mais populoso do distrito, e que no Verão triplica a sua população. A um concelho com características excepcionais têm que corresponder medidas de excepção, no tocante aos recursos para acudir aos residentes, aos que aqui passam férias ou aos que ocasionalmente atravessam o nosso território.-----

-----Queremos apresentar aos profissionais de saúde que prestam serviços neste concelho, o nosso agradecimento pelo seu esforço e empenho, porque apesar da insuficiência de meios humanos e materiais, conseguem manter em funcionamento o serviço de urgência e assegurar, embora com deficiências, muitos dos cuidados básicos neste imenso concelho.-----

-----Mas porque o que temos não é suficiente, exigimos melhorias rápidas e visíveis, e o

cumprimento das sucessivas promessas que têm sido feitas aos autarcas e populações.-----

-----Também cabe aqui referir a situação das ambulâncias das Freguesias, que nos últimos dias têm sido objecto de notícias, que nunca esclareceram de uma forma cabal a verdadeira realidade das coisas.-----

-----Com a união conseguida em redor desta questão, e o esforço empenhado dos diversos intervenientes neste processo, pensamos que será possível obter soluções de compromisso, com vista à obtenção dos alvarás necessários ao funcionamento destas ambulâncias, que existem predominantemente no Alentejo.-----

-----A obtenção dos alvarás apenas resolverá uma parte do problema, porque a questão fulcral prende-se com o facto do preço/km do serviço de ambulâncias, ser insuficiente para as manter em funcionamento, cumprindo todas as formalidades legais.-----

-----Nestas circunstâncias formar pessoal, manter os veículos em condições operacionais, cumprir as obrigações salariais e encargos sociais, circular com o número de tripulantes legalmente exigido é uma situação incomportável.-----

-----Para as Freguesias a situação é tanto mais gravosa, porque o pessoal ao seu serviço, têm salários e encargos nos termos do estatuto da função pública.-----

-----Também a nova Lei das Finanças Locais nos suscita algumas interrogações, já que no artigo 24 (Fundo Social Municipal), nas alíneas d) e) e f) algumas das responsabilidades referentes ao funcionamento corrente dos centros de saúde, nomeadamente despesa com pessoal, manutenção de instalações e equipamento, bem como os custos com os transportes de doentes, irão passar para a responsabilidade dos Municípios. Inclusive nos programas de cuidados continuados, apoio domiciliário e de promoção de saúde os encargos com o pessoal auxiliar administrativo e os transportes também serão encargos municipais.-----

-----Será este o motivo pelo qual os serviços chegaram ao ponto a que chegaram, para no acto de transferência das responsabilidades os valores a transferir, serem o mínimo possível para

depois nunca mais os actualizarem como tem sido feito com os transportes escolares? Quererá o Ministério da Saúde aliviar assim as suas responsabilidades?-----

-----A C.D.U. também quer aqui lembrar que no último mandato, mais precisamente na sessão do dia 25 de Fevereiro de 2005, foi criada uma comissão que tinha em vista desenvolver esforços no sentido de conseguir algumas melhorias, nos cuidados de saúde prestados aos nossos munícipes. O Sr. Presidente da Assembleia convocou os membros dessa comissão para a 1.ª reunião, no entanto para tal só compareceram o Sr. Presidente e eu própria. O desinteresse que se tem verificado sobre o estado da saúde neste concelho, conduziu à situação existente que já custou vidas, que poderiam eventualmente ter sido poupadas.-----

-----É importante que fique claro, estamos disponíveis para fazer parte da solução, continuamos empenhados em contribuir para encontrar formas de melhorar a assistência médica básica e emergente. Estamos prontos para fazer as diligências que forem necessárias, junto das entidades regionais ou nacionais, para elevar a qualidade da assistência médica neste concelho.”-----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que cumprimentou todos os presentes e considerou que havia um problema fulcral que era pouco falado, relacionado com a alteração da recepção das chamadas do cento e doze, que antigamente eram recebidas nos bombeiros. Disse ainda “um acidente em São Teotónio, passado um quarto de hora, pouco mais de vinte minutos, tínhamos uma ambulância dos bombeiros a assistir os doentes, agora as chamadas são direccionadas para duzentos quilómetros de distância, depois passadas de mão para mão e para outra mão e quando se calhar os bombeiros são chamados a actuar, era na altura que eles já estavam no acidente. (...) as pessoas que atendem as chamadas nem sabem, por vezes, os sítios, têm de perguntar a dez pessoas, onde é, onde não é e, quando era para os bombeiros era muito mais fácil, as pessoas eram atendidas com uma rapidez, se calhar o dobro do que são atendidas hoje.”-----

-----Disse ainda que tinham falado muito nos cem quilómetros a que ficava Odemira do Hospital Distrital de Beja, no entanto lembrou que a ponta da sua freguesia ficava a cerca de cento e trinta quilómetros.-----

-----Expôs ainda a situação de um eventual acidente na ponte de Odeceixe, no lado do Alentejo, havendo uma ambulância a quinhentos metros nos Bombeiros de Odeceixe, porque teria de ir uma ambulância dos Bombeiros de Odemira que ficava a mais de meia hora do local? Disse também “ nesse mesmo local, temos um hospital que em quarenta minutos estamos no Hospital de Portimão, do Barlavento, tem um VMER, tem um helicóptero, tem tudo isso e somos obrigados a fazer cerca de duas horas para ir para Beja. É outra situação que os moradores dessa zona não têm culpa de terem nascido deste lado da ponte e não terem nascido do outro lado da ponte”.-----

-----Louvou ainda os trabalhadores da saúde de Odemira e também da vila de São Teotónio.-----

-----Revelou ainda que no dia anterior tinha solicitado a uma funcionária da sua Junta de Freguesia que recolhesse junto da Extensão de Saúde de São Teotónio, os seguintes dados, para eventual debate na presente reunião: número de utentes da extensão de saúde; número de utentes que não tinha médico de família; número de consultas dadas por semana. Disse que lamentavelmente, tinham sido informados para se dirigirem pessoalmente ou por escrito, ao Centro de Saúde de Odemira para obter as citadas informações.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare que fez a seguinte intervenção:-----

-----“Srº Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Srº Presidente da Câmara Municipal-----

-----Srºs Deputados da Assembleia Municipal-----

-----Exmªs Entidades presentes-----

-----Srºs Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores-----

-----Passados que já lá vão catorze anos após as derradeiras diligências feitas pelos Autarcas do Concelho de Odemira, sobre as claras decisões Governamentais da altura, de fechar o nosso hospital concelhio que tantos e tantos serviços prestou à nossa população mesmo não dispondo dos meios técnicos, que naturalmente hoje facilmente estariam ao seu alcance. Logo os autarcas da altura perceberam claramente do enorme prejuízo para todos os cidadãos do concelho que tal decisão ao ser tomada, mais não significava de que uma forte e impiedosa machadada na vida de todos nós Avós – Filhos e Netos naturais e residentes neste Concelho de grande dimensão que é Odemira. Percebemos perfeitamente isso na altura que a situação de apoio à saúde no Concelho iria piorar sem qualquer dúvida, motivando logo uma grande união de esforços se mobilizaram todas as forças políticas, Autárquicas na altura no Concelho e que de várias formas o fizeram tentando fazer ouvir a sua voz perante os governantes deste país, passando a citar os órgãos mais representativos no Concelho, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Comissão de Saúde, várias reuniões feitas, vários protestos sobre a desumana decisão.-----

-----Conseguindo-se inclusivamente a visita a Odemira da Comissão de Saúde da Assembleia da República, após as várias diligências da Comissão de Saúde Municipal da altura, e da reunião da Assembleia Municipal no salão dos Bombeiros com a casa cheia de autarcas e membros da população, todos unidos no mesmo esforço conforme os documentos da mesma provam na Acta do dia 24 de Abril de 1993, cuja posição em representação das Freguesias fui encarregado de apresentar, cujo trabalho procurei de forma sentida e verdadeira pelo conhecimento das realidades o fiz, tal como todos os outros colegas de então, o fariam confirmando-se ainda hoje que todas as intervenções feitas nesse dia estavam certas manifestando as reais preocupações sobre o futuro da saúde no Concelho que lamentavelmente para todos nós foram em vão, com a responsabilidade moral que mais não seja devia recair sobre aqueles que não nos quiseram ouvir chegando à caótica situação em que hoje todos nos

encontramos pelo que a actualidade da nossa posição na altura infelizmente ainda hoje se mantém.-----

-----Agora sim, infelizmente confirmadas todas as nossas preocupações aí estão elas no terreno, Hospital fechado, internamentos como dantes havia? Hoje, só no Hospital de Beja ou então Lisboa, quando por mãos caridosas lá conseguimos ter acesso. As mortes por falta de assistência a tempo e horas, vão se sabendo de algumas, e o centro de Saúde mais não pode fazer do que aquilo para que foi dimensionado, mas mesmo assim por certo não o conseguirá dado que o corpo clínico é por demais que sabido que é insuficiente para responder atempadamente em boas condições às situações que lhes vão chegando de todo o imenso concelho, diariamente.-----

-----As Freguesias, uma grande parte sem médicos de família, o que se poderá constatar que o caos no domínio da saúde em Odemira está instalado. Não por falta do alerta feito de forma bem expressa pelos autarcas e população tanto em Assembleias Municipais, como na vinda a Odemira da Comissão Parlamentar da Saúde da Assembleia da Republica, tanto os autarcas como uma vasta camada de população presentes protestando contra o encerramento do hospital sem uma solução alternativa para manter melhorados os serviços de saúde à população que não nos quiseram ouvir e hoje aí está o resultado de que toda a Imprensa Nacional faz eco, dos gravíssimos acontecimentos mortais conhecidos ultimamente no Concelho de Odemira. Aos médicos que ainda temos no Concelho não é justo lhes pedir mais, são humanos e têm as suas limitações como tal.-----

-----No que respeita à minha freguesia finalmente faço questão de registar na minha intervenção o reconhecimento do trabalho possível da assistência prestada à minha Freguesia de Luzianes-Gare pela Exm^a Senhora Dr^a Alda, fixada na Freguesia vizinha de Santa Clara-a-Velha onde em ambas as Freguesia tem ido prestando como pode os cuidados de saúde como médica de família. Não obstante pelo cargo para o qual foi empossada como Directora Clínica

do Centro de Saúde se veja com dificuldades acrescidas para poder cumprir o calendário de consultas que em principio havia agendado, tanto para Luzianes como para Santa Clara-a-Velha, como naturalmente reconhece e me disse várias vezes que temos falado sobre o assunto onde sempre manifestou também a sua preocupação lamentando a falta de médicos que o Concelho dispõe, provocando a falta de assistência médica à qual se vem assistindo e com tendência ao seu agravamento. Pelo que assim sendo só uma forte intervenção por parte dos governantes algo poderá ser feito, para alterar e minimizar este gravíssimo problema que tanto a todos nós afecta actualmente, para os quais todas as entidades oficiais deste país foram alertadas, como atrás referimos e que comprovadamente estão documentadas.-----

----Esperamos mais uma vez que sejam respeitadas as justas reivindicações de modo a que algo seja feito para dignificar quem nos governa e todos os autarcas que conscientemente reivindicam uma assistência à saúde, mais eficaz no nosso Concelho, para que os nossos habitantes se sintam mais confiantes e mais seguros para aqui viverem e desenvolverem o seu trabalho produtivo que no dia a dia neste grande Concelho que nunca é demais sublinhar, e que gostamos muito que é o Concelho de Odemira.-----

----Se continuarmos a ser maltratados e esquecidos o nosso futuro é de grande desconfiança e medo e de poucas perspectivas de desenvolvimento, dado que o apoio à saúde é factor predominante daqueles que se fixam e querem viver numa região que neste caso concreto é o Concelho de Odemira.-----

----Temos esperança e acreditamos que é possível continuarmos a viver no maior Concelho de Portugal e que Revolução de Abril e a Constituição da República Portuguesa consagraram um direito fundamental – O Direito à Saúde, não discriminando os Portugueses que vivem no Alentejo dos que vivem no resto do país.”-----

-----Seguiram-se as intervenções de alguns membros da Assembleia Municipal nomeadamente:-----

-----A senhora Maria Luísa Palma que disse: “Nesta minha intervenção pretendo ser breve, abrangente da situação que aqui nos trouxe e incisiva.-----

----No passado dia 24 de Janeiro o Sr. Ministro da Saúde visitou Odemira. Presente no Centro de Saúde deste Município, prometeu enviar para Odemira uma viatura rápida de apoio médico, semelhante à única, até agora existente no hospital de Beja para servir todo o Alentejo.-----

----Foi preciso ocorrerem acidentes trágicos neste concelho para que fosse tomada esta posição. Consideramos um passo largo, sem dúvida, quando soubermos a data da sua concretização. Contudo, a maioria da população deste concelho está longe de poder dar-se por satisfeita:-----

---- - A assistência na doença de quem aqui vive carece uma reforma urgente.-----

---- - Para uma população que excede os 26 mil habitantes (tão pouco referindo a afluência turística), temos: 19 enfermeiros para um quadro de 28; 14 médicos para um quadro de 23;-----

---- - O serviço de radiologia no SAP funciona a 2/3.-----

---- - Há 16 extensões de saúde com algumas horas de atendimento, só nalguns dias da semana.-----

---- - Mais grave ainda são as extensões e sub-extensões que não têm médico – S. Luís, Zambujeira do Mar, Pereiras-Gare e Relíquias.-----

----Perguntamos:-----

----Porquê esta situação? Não há profissionais para colocar? Os incentivos de pouca monta que lhes são dados na periferia têm que ser revistos para que possam desempenhar aqui funções.----

----Há falta de profissionais?-----

----Então há que ir mais ao fundo da questão, abrindo as universidades de medicina com outro critério de admissão.-----

----É ao Governo que compete elaborar a melhor estratégia, aquela que dê resposta atempada na assistência na doença ao povo deste concelho.-----

-----Ou o Sr. Ministro continuará a sobrepor a sua estratégia de combate ao défice em detrimento da instalação de meios no campo da saúde?-----

-----Ou ainda:-----

-----Com a aplicação da nova lei das finanças locais que transfere para as autarquias uma série de responsabilidades nesta área da saúde, estará o Sr. Ministro protelando estes cuidados para se libertar de encargos?-----

-----Questões como esta não podem esperar.-----

-----Têm que vir outros equipamentos e mais profissionais de saúde para o concelho de Odemira.-----

-----Estamos nesta Assembleia para lutar por esta causa. Uma linha política, seja ela qual for, que não tenha por objectivo primordial servir as pessoas nos seus direitos mais legítimos – como é a saúde – não tem razão de existir.”-----

-----O senhor José Ribeiro saudou todos os presentes e disse o seguinte: “O nosso concelho foi primeira página nos jornais e abriu telejornais, enfim a comunicação social encheu a barriga com os dramáticos acontecimentos em Odemira. Os principais actores foram sem dúvida o tempo/ horas e alguma ironia e algum humor de certos membros do Governo.-----

-----O Sr. Ministro da Saúde, pasme-se faz humor com o enforcamento do ditador Saddam, de seguida e devido ao tempo de espera/ socorro da qual infelizmente duas pessoas faleceram, dizendo que segundo a autópsia mesmo que fossem socorridos a tempo já não havia nada a fazer.-----

-----O Director do INEM, disse que o que seria bom era uma ambulância para cada casa e eu diria como José Régio “ Sei que não vou por aí!”, pois a Constituição da República diz que todos temos direito à saúde, mesmo aqueles que vivem em Odemira.-----

-----A uma pergunta no debate mensal da Assembleia da República do meu camarada Bernardino Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do P.C.P., sobre a vinda do Sr. Ministro

da Saúde a Odemira, disse que veio quase na clandestinidade e pasme-se o Primeiro Ministro, eu digo o Primeiro Ministro, responde com um certo humor que «o que vocês queriam era saberem para fazer uma manifestaçãozinha».

----Quarto ponto, o Sr. Ministro da Economia, isto é saúde também, o Ministro da Economia na comitiva da viagem ao Governo da China, falou nos baixos salários e também que os sindicatos eram a fraqueza do nosso país. Isto é um problema de saúde e, que creio eu, com diagnóstico simples!

----Terminaria esta minha intervenção com o título de uma peça que já aqui foi representada em Odemira, com o Grupo a Barraca, de autoria do meu amigo Luís Sttau Monteiro, “Felizmente há Luar!” E já agora se tiver que morrer em Odemira, gostaria de acordar morto!--

-----O senhor Ricardo Cardoso lembrou a proposta enviada pelo Grupo Partidário do Partido Socialista para a Assembleia Municipal e, que tem a entrada número trinta e dois, datada de vinte e quatro de Janeiro que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“No seguimento das notícias vindas a público sobre o estado dos cuidados de saúde em Odemira, situação que de facto não é novidade para nenhum dos habitantes deste nosso concelho, vêm o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira propor que seja criada na próxima Assembleia Municipal uma Comissão Eventual para a Saúde.

-----A referida comissão tem como objectivo reunir com as instâncias de saúde locais, regionais e nacionais e conseqüentemente analisar e acompanhar todas as questões relacionadas com a saúde no concelho de Odemira, nomeadamente as medidas que eventualmente serão tomadas para melhoria da actual situação.”

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o Grupo Partidário da Coligação Democrática Unitária para a Assembleia Municipal tinha feito chegar à Mesa, a Proposta, cujo texto seguidamente se transcreve:-----

-----“PROPOSTA”-----

-----“**Para ser enviada ao Senhor Ministro da Saúde:**-----

-----Satisfeitos com o anúncio das medidas apresentadas pelo Senhor Ministro da Saúde, em conferência de imprensa, como solução para o problema despoletado pela Comunicação Social, mas temendo que esse anúncio não passe de uma intenção de acalmar as vozes descontentes, gostaríamos de saber, no mais curto espaço de tempo possível, quando é que as medidas anunciadas vão ser implementadas, mais concretamente:-----

----- - Quando está prevista a vinda da viatura denominada “URSIV – Unidade Rápida de Suporte Intermédio (ou Imediato) de Vida”?-----

----- - Quem vai tripular essa viatura e se já está calendarizada a formação necessária para esses técnicos.-----

----- - Qual a data prevista para o início do funcionamento dessa viatura?-----

----- - Quanto à implementação do anunciado S.U.B. – Serviço de Urgência Básica (que já estava previsto antes destes casos mais mediáticos, embora os mais distraídos não tivessem essa informação), sabendo que 2 médicos e 2 enfermeiros já estão de serviço no S.A.P. durante o dia, gostaríamos que nos fosse informado quando é que passará a haver 2 médicos e 2 enfermeiros durante a noite, assim como quando é que o prolongamento do serviço de Radiologia passa para as 24 horas do dia?-----

----- - Tendo por nós sido constatado que com a cobertura do Serviço Nacional de Emergência Médica no Concelho, tem sido mais frequente a vinda de helicópteros ao S.A.P., e tendo também por nós sido constatado numa dessas vindas nocturnas que o piloto, por dificuldades que só ele saberá explicar, teve que aterrar no parque de estacionamento entre automóveis, pondo em risco a sua vida, a dos tripulantes, o helicóptero e o próprio equipamento e, partindo do princípio que cada vez mais será solicitada a vinda de meios aéreos a este serviço

de urgência, gostaríamos também que nos fosse informado se está prevista a construção de um “heliporto” ou “heliponto” junto ao serviço de urgência do Centro de Saúde de Odemira.-----

-----Odemira, 2007-02-02”-----

-----O senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, disse o seguinte: “A comunicação social todos os dias falou daqueles acidentes, fala-se em dois, mas foram três, porque no mesmo local do acidente da Fataca, ou duzentos metros a seguir, também faleceu um senhor, passados dois a três dias do acidente.-----

----Mas há uma coisa importantíssima e isto despoletou por todo o país o nome de Odemira, mas o que é certo que, os nossos velhos aqueles que são pouco reivindicativos, deslocam-se ao Centro de Saúde, portanto à Extensão de Saúde de São Teotónio para terem uma consulta e infelizmente não conseguem e aceitam a situação e vão para casa. E por vezes, acabam por morrer também e são muitos mais estes que morrem se calhar por não terem tido essa consulta, do que propriamente aqueles que morrem com estes acidentes.-----

----Portanto há que ter noção, há que falar naqueles que não conseguem falar e portanto, lembrar-mo-nos destes que tanto se falou, mas não nos esquecermos que todos os dias e São Teotónio tem sido massacrado ultimamente com funerais todos os dias, praticamente todos os dias, com pessoas que se calhar se tivessem assistência, não morriam. É um alerta!”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o Grupo Partidário do Partido Socialista tinha feito chegar à Mesa da Assembleia Municipal, a Moção, cujo texto seguidamente se transcreve:-----

-----“**MOÇÃO**-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira considera que o estado dos cuidados de saúde no concelho apresenta no momento, e ao longo dos últimos anos, situações muito preocupantes que obrigatoriamente, e de forma urgente, têm que ser revistas.-----

-----Tendo em conta esses problemas, esta assembleia pretende no âmbito das suas competências, através da sua comissão de acompanhamento para a saúde, ser parte activa no contacto com as entidades de saúde locais, regionais e nacionais e conseqüentemente analisar e acompanhar todas as questões relacionadas com o tema, nomeadamente as medidas que eventualmente serão tomadas para a melhoria da actual situação.-----

-----Consideramos pois fundamental que Odemira tenha futuro, um futuro de saúde e uma saúde de qualidade.-----

-----Odemira, 02 de Fevereiro de 2007-----

-----Enviar para: entidades de saúde locais, regionais e nacionais.”-----

-----Seguiram-se as intervenções dos membros do Executivo Municipal.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse o seguinte: “Boa noite a todos! Muito obrigado pela presença e um agradecimento muito especial quer aos convidados pela Mesa da Assembleia Municipal para cá estarem, quer aos profissionais de saúde e a toda a população que muito bem aqui se deslocou e deslocou-se por uma causa justa que lhe diz respeito e é assim que deve ser na Assembleia Municipal.-----

-----É uma noite feliz para todos nós, quem nos dera, noutras Assembleia Municipais com assuntos tão importantes também, que a sala estivesse cheia como está esta noite. De facto esse afastamento por vezes existe e não devia existir”.-----

-----Disse que já havia algum tempo que estava prevista a construção de um heliporto de apoio à protecção civil, situado em frente aos bombeiros que funcionaria de dia. No entanto, no anterior mandato, foi decidido que o heliporto deveria funcionar vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, o que implicou uma alteração profunda em termos de projecto, nomeadamente ao nível da iluminação, o que acarretaria um custo tremendo, levando a um reequacionamento daquela hipótese do funcionamento.-----

-----Disse ainda que no momento, se encontravam já a trabalhar no projecto de construção de

um heliporto em frente ao Centro de Saúde de Odemira, destinado à emergência médica, tendo já existido reuniões no local, entre os técnicos do Instituto Nacional de Aviação Civil e os do Município. Revelou ainda que o único problema existente no local era uma linha de média tensão que inviabilizava as duas frentes de aproximação como desejável, no entanto estavam a equacionar o desvio da mesma.-----

-----Em suma informou que a resposta à pergunta sobre a construção do heliporto, era positiva e localizar-se-ia em frente ao Centro de Saúde de Odemira.-----

-----Lamentou o falecimento das pessoas e referiu que infelizmente, para a Câmara Municipal não tinha sido caso único, “não é nada de novo, porque a Câmara anda não sei há quantos anos a dizer e a alertar para isto que se passou agora e a verdade (...) é que esta situação atravessou vários Governos e o plano Arnault, como o senhor Fernando Encarnação dizia e muito bem, portanto foi mudado, porque mudou o governo e também mudou a estratégia dos hospitais e curiosamente o hospital de Serpa foi cair exactamente na altura, curiosamente em que o Governador Civil foi um senhor também de Serpa”.-----

-----Referiu ainda que nunca tinha tido qualquer dificuldade em contactar e trabalhar com as pessoas presentes e informou que através de um ofício assinado pela Dr.^a Rosa Matos vinha referido que concordava absolutamente com certas soluções que o Município de Odemira tinha consignado, que tinha dado conhecimento delas ao INEM que até ao momento não as tinha implementado.-----

-----Disse ainda que “é verdade que são abertos concursos para médicos, várias vezes os concursos ficam desertos e ninguém quer vir para aqui, apesar das casas que a Câmara Municipal dá e dos lotes em termos especiais que a Câmara Municipal dá aos profissionais médicos e enfermeiros. (...) Não sei se não seria de voltarmos um pouco àquele espírito ou àquela prática do serviço médico à periferia.-----

-----Noutro dia vi novecentos jovens médicos, todos chateados, porque não tinham colocação

nos hospitais em Lisboa e o concurso tinha saído atrasado. Bom, a pergunta que eu faço é se o Ministro (...) tivesse aberto o concurso e dissesse que cinquenta por cento destes vão para a chamada “provincia”, vão lá fazer um anito e depois voltam para cá (...) se calhar nós tínhamos aqui médicos todo o ano e a chamada periferia tinha médicos (...).-----

----A solução quando surgiu nessa reunião que nós tivemos em Lisboa, o que eu ouvi o Ministro dizer à minha frente foi «avancem com a proposta técnica já»-----

----Revelou também que tinha sido importante terem atingido “o reconhecimento de excepção, que a situação de Odemira é”-----

----Revelou ainda que tinha conhecimento que o relacionamento entre o Ministério Saúde e o INEM, nem sempre era pacífico, no entanto considerava que as soluções referidas pelo senhor Ministro teriam fatalmente que acontecer, porque ele tinha dado a cara, apesar de poderem existir algumas dificuldades.-----

----Quanto à falta de verba, anunciada nesta data, pelo senhor Ministro, disse que iria se informar e a ser verdade, a Câmara Municipal enviaria um ofício questionando sobre as implicações em relação às soluções indicadas para Odemira. Informou também que o Bastonário da Ordem dos Médicos já se tinha pronunciado contra a solução encontrada para Odemira.-----

----Considerou ainda que o Regulamento das Bolsas de Estudo do Municipio de Odemira deveria ser alterado, porque a declaração deveria ser expressa e vincular o bolseiro para que, no final do curso se não viesse para Odemira, desde que a Câmara Municipal precisasse dele, devolveria o dinheiro do subsídio até então recebido.-----

----Agradeceu ainda a presença do Engenheiro Melo e referiu que contrariamente ao que se pensava, ele dentro dos meios que tinha, tinha vindo a ser uma ajuda preciosa ao concelho de Odemira, nomeadamente em algumas parcerias bastante importantes.-----

-----Disse ainda que tem havido um esforço enorme no sentido de “apertar com o IC4” e referiu que através de um ofício da Direcção de Estradas, enviado há algum tempo, tinham sido informados que estaria em vésperas de adjudicação, o estudo de viabilidade do corredor do IC4.

-----Revelou também que o senhor Director de Estradas, desde a primeira hora, tem vindo a ser parceiro na questão da via com perfil equivalente a um IC, a estender de Ourique até Odemira, a entroncar a norte de Odemira, para evitar uma nova travessia do Mira, o que aproximaria em cerca de vinte minutos o hospital de Beja.-----

-----Referiu ainda que “a disponibilidade da Câmara para cooperar e para exigir nos termos e nos sítios certos, onde tal se impõe, a melhoria da saúde e das acessibilidades que são os temas que estão aqui esta noite e de outros aspectos, existe. É um trabalho constante das diversas Câmaras que passaram por Odemira”.-----

-----Relembrou a problemática das ambulâncias das Juntas de Freguesia e o que aconteceria se elas tivessem de parar.-----

-----Referiu também “Quero-me associar e salientar aqui o extraordinário trabalho e entrega dos profissionais de saúde do concelho, o esforço que eu acompanho dessa Administração no sentido de fazer vingar junto da Tutela, as diversas propostas que chegam e que eu tenho acompanhado. E também mais uma vez, ao Augusto Maria, Presidente dos Bombeiros Voluntários de Odemira e ao Nazário, um agradecimento muito expressivo pela extraordinária entrega que têm tido, às vezes com condições muito difíceis e que tenho acompanhado de tão perto quanto consigo. (...) E mais uma vez, agradecer às pessoas todas que tiveram aqui de facto a grande prova de interesse e de civismo e de interesse pelas suas necessidades, ao estarem aqui de facto a participar nesta Assembleia Municipal”.-----

-----Por último, relativamente às acessibilidades e na sequência da reparação da estrada nacional número trezentos e noventa e trezentos e noventa e três, disse que iria propor ao Presidente da Câmara Municipal de Sines um empreendimento inter municipal, através do novo

QREN, para articularem uma melhoria a fundo da acessibilidade norte, no sentido de nos aproximar mais ao hospital do Litoral Alentejano.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que um grupo de Presidentes de Juntas de Freguesias que tinham ambulâncias, tinha feito chegar à Mesa da Assembleia Municipal, a Proposta cujo texto seguidamente se transcreve:-----

-----**“PROPOSTA”**-----

-----O concelho de Odemira, como o maior concelho do País, com as suas carências reais de saúde e contribuindo as Juntas de Freguesia com esforço no desempenho do transporte de doentes, propõem que:-----

----- - Seja solicitada a isenção de alvarás às Juntas de Freguesia, uma vez que somos entidades públicas e não privadas como nos querem fazer passar, nomeadamente na Portaria n.º1147/2001, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1301-A/2002.-----

-----A ser aprovada a Proposta deve ser enviada:-----

- - Ministro da Saúde-----
- - Ministro da Administração Interna-----
- - Governador Civil de Beja-----
- - A.R.S. Alentejo-----
- - ANAFRE Nacional-----
- - INEM-----

-----Os Proponentes:-----

- - António Eduardo Guerreiro da Silva – Presidente da J.F. de Colos-----
- - José Manuel Gonçalves Guerreiro – Presidente da J.F. de Bicos-----
- - Manuel José Pereira Guerreiro Martins – Presidente da J.F. de Sabóia-----
- - Mário Neves Páscoa Conceição – Presidente J.F. de S. Martinho Amoreiras-----
- - José Manuel dos Reis Guerreiro – Presidente da J.F. de São Teotónio-----

----- - Tito Silvestre Nobre Palma – Presidente da J.F. de Vila Nova de Milfontes-----

----- - Joaquina Maria Eduarda Bernardino – Presidente da J.F. de São Luís-----

----- - José Manuel Guerreiro – Presidente da J.F. de Relíquias”-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro, que disse o seguinte: “Porque razão existem técnicos que estão a recibo verde no Centro de Saúde de Odemira? Técnico esses que estavam contratados e que agora não podem ser contratados, mas sim a recibo verde. Saberão com certeza as pessoas que aqui estão, uma vez que representam a A.R.S. do Alentejo, saberão com certeza perfeitamente as diferenças que tem entre uma pessoa que é um contratado e o que é uma pessoa que está a recibo verde, entre o que isso representa em termos de trabalho, em termos de imposto, etc, etc. Porque razão se mantém esta situação? É assim que ganhamos os técnicos sejam médicos, radiologistas, enfermeiros, administrativos, etc, etc. É assim que nós ganhamos os técnicos para que se fixem no concelho de Odemira?-----

-----De quem é a responsabilidade de que, quando é necessário socorrer doentes que se liga através do cento e doze e o cento e doze não autoriza a deslocação da ambulância para ir buscar o doente, e depois as famílias porque estão numa situação aflitiva ligam para os bombeiros e os bombeiros vão socorrer as pessoas. A pessoa chega ao Centro de Saúde de Odemira, o médico que está de serviço confirma que é uma urgência, envia a pessoa para Beja, mas quem tem de pagar aos bombeiros é a pessoa.-----

-----Estão Juntas de Freguesia no concelho de Odemira com várias dívidas, algumas de muito valor, neste momento, porque o médico não está autorizado a passar a requisição para pagar essa ambulância. Eu pergunto de quem foi essa decisão? É da A.R.S.? É do senhor Ministro? É de quem? Agradecia uma resposta sobre isso.-----

-----(...) Este concelho ou nós estamos condenados a sair daqui, ou então se queremos aqui continuar, temos que lutar todos, temos que nos de juntar. (...) Isto não é uma guerra partidária, é uma guerra de todos nós que aqui vivemos e como tal temos de nos dar as mãos e os braços,

porque esta luta é de todos nós.-----

-----Eu ouvi o que o senhor Ministro disse à saída, não me esquece, do que o senhor Ministro me disse, quando estive em Odemira e perguntei (...) será que nós podemos continuar a viver no concelho de Odemira ou estamos condenados a morrer? E o senhor Ministro disse-me: «vamos resolver rapidamente os problemas, vamos rapidamente resolver a situação de Odemira». Mas eu ouvi hoje na televisão que o senhor Ministro recuou em determinado conjunto de questões, porque não tem dinheiro, porque não há dinheiro na saúde, em termos orçamentais. Ora parece-me, parece-me que para a saúde deste povo, para a saúde das pessoas que estão aqui a morrer, por falta de resposta eficiente a todos os que aqui vivemos. Não pode ficar assim! Daí o meu apelo às pessoas que aqui estão e às pessoas que aqui não estão.”-----

-----Referiu ainda que não se tratava de um problema da Autarquia, não era um problema da Câmara Municipal de Odemira e que poderia vir a sê-lo, com a nova Lei de Finanças Locais. --

-----Relembrou que “a Câmara está solidária com a resolução dos problemas, sempre estive ao longo dos anos, parece que nós somos de uma terra que não tem número de eleitores, é um problema político o que está aqui em presença. Todos nós sabemos quem é que criou os “numerus clausos”, todos nós sabemos quem é que criou essa situação para não termos médicos! Todos nós sabemos que a classe médica, é uma classe de elite!(...)-----

-----O meu apelo é que nos juntemos todos que formemos aquilo que for necessário nesta Assembleia Municipal e que demos as mãos, pondo de parte um pouco esta questão política partidária e que lutemos todos em conjunto. É o meu apelo!”-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro, que disse “Este é um problema que, como o Presidente dizia, não é fácil de lidar politicamente, quando não se domina, quando não se conhecem todos os passos a dar. Eu fui Vereador da Saúde, neste momento não o sou, mas tenho tentado desenvolver todos estes passos em conjunto com o Presidente e portanto, assumo nestes últimos anos parte daquilo que se tem feito na Autarquia. Pareceu-me e até pela

última intervenção do Cláudio, que este é um problema municipal, é um problema que extravasa uma visão partidária, no entanto por algumas intervenções que ouvi fiquei com a sensação que havia o tentar passar a ideia de que era necessário fazer mais e que não teria sido feito(...).-----

-----Considerou ainda que era importante tentar-se perceber o que era a emergência, o que era a urgência e o que era o atendimento permanente, uma vez que se tratavam de coisas completamente diferentes. Disse ainda que: “é muito fácil reivindicar tudo, mas não é possível concretizar, levar isso à prática, sem conseguir juntar os meios técnicos, com os meios humanos. Isso é impossível! Ao longo destes anos e o problema da saúde vem de facto de há muitos anos, perdeu-se uma componente humana muito importante. Em mil novecentos e oitenta e seis, o Centro de Saúde tinha vinte e quatro médicos, actualmente tem treze. Logo aí nós perdemos muito conhecimento, muita responsabilidade (...) no sentido de que muitas vezes as pessoas estão cansadas, exaustas por o número de horas que fazem, pelos bancos (...) e eu senti este cansaço, mas também há aqui uma coisa que é preciso dizer, é que os bombeiros também têm esse cansaço (...). Nós Câmara Municipal temos tentado dotar (...) os bombeiros de todos os meios que nos sejam possíveis, (...) ao longo de todos os anos e sempre que as condições têm vindo a melhorar, nós temos feito um esforço adicional nesse sentido, sempre por unanimidade na Câmara Municipal.”-----

-----Informou ainda que no dia onze de Setembro tinha estado numa reunião com o Presidente do INEM, onde apresentou um documento elaborado por ele com a colaboração do Dr. Horácio e do Comandante dos Bombeiros e explicou o que se passava com o concelho de Odemira. Revelou que quando saiu, tinha ficado com a sensação que todas as pessoas tinham percebido que o concelho de Odemira era outra realidade, que a emergência médica era um problema muito complicado e que o próprio Presidente do INEM, tinha a noção de como iria resolver o problema.-----

-----Disse ainda que nessa reunião, lhe tinham transmitido duas opções que até ao final do ano transacto iriam ser decididas e que estavam a acontecer no momento. Referiu que continuava “a acreditar, contrariamente ao senhor Fernando, que as coisas agora não vão parar, ainda por cima com o mediatismo todo que aconteceu”.-----

-----Revelou também que a Câmara Municipal tinha criado a possibilidade dos apartamentos estarem disponíveis para os técnicos da saúde e se fosse necessário arranjar mais lotes especificamente destinados para o efeito.-----

-----Referiu ainda que naquela reunião tinha apresentado um mapa com todo o quadro de ambulâncias existentes no concelho de Odemira, explicando exactamente para que serviam as ambulâncias das Juntas de Freguesia, o problema que teriam se elas parassem e as dificuldades relativamente à obtenção dos alvarás.-----

-----Revelou que: “uma das duas coisas ia ser feita, ou uma solução com um helicóptero colocado aqui, o que não era fácil, ou com uma situação desta viatura de cuidados intermédios, com paramédicos, mas havia um problema quanto à formação dos paramédicos em Portugal e quanto à aceitação (...) e quanto à eventualidade de depois virem a ser pedidas equivalências para médicos, porque com a convenção de Bolonha, com mais dois anos de formação, então o enfermeiro já é médico e tudo isto gera outros problemas (...)”.-----

-----Nós estamos em condições de neste altura forçar a solução, mas os médicos não surgem de um dia para o outro (...) Estou convencido que nós vamos no prazo de dez anos, vamos recuperar esses valores, o problema é agora, enquanto não saem”.-----

-----Quanto às acessibilidades, informou que a nível Municipal estavam a fazer um esforço significativo para transformar as principais vias de acesso, apesar de existirem alguns problemas com adjudicações. Referiu que “estamos a melhorar e penso que vamos conseguir, nos próximos meses, lançar mais um conjunto de obras nesse sentido. De facto o IC4 era fundamental e já agora porque não, senhor Director de Estradas, a ligação de Odemira ao IP2

em Ourique”.-----

-----Seguiram-se as intervenções dos convidados presentes na reunião:-----

-----Interveio a Dr.^a Rosa Matos Zorrinho, Coordenadora da Administração Regional de Saúde do Alentejo - Évora, em representação do senhor Ministro da Saúde, que saudou todos os presentes e informou que “eu começo-vos por dizer que estou há ano e meio à frente da A.R.S. do Alentejo, as vossas preocupações são as nossas preocupações. Há ano e meio temos vindo a trabalhar efectivamente nesta área, como aqui já foi dito por algumas pessoas, principalmente na área da emergência médica com o INEM. Temos trabalhado, penso que o que sucedeu em Odemira é realmente lamentável (...) veio acelerar tudo isto que já estava a ser trabalhado.-----

----Venho também dizer-vos que os compromissos que o senhor Ministro aqui assumiu no dia vinte e quatro de Janeiro, são mesmo para cumprir.-----

----Começo por falar na viatura de suporte rápido intermédio, portanto vamos começar com o INEM a trabalhar, de qualquer maneira, como sabem e já também aqui foi dito, a emergência médica é da responsabilidade do INEM. A Administração Regional de Saúde trabalha em conjunto com o INEM, mas a área da emergência é competência do INEM (...)-----

----Relativamente àquilo que disseram da SUB ou UBU que pretendemos aqui equipar em Odemira, o que o senhor Ministro disse (...) era que até dois mil e oito de uma maneira gradual, iríamos realmente equipar todos os serviços de urgência básicos, a nível nacional (...) e não que se iria adiar até dois mil e oito. (...) foi assumido da parte do INEM dar a formação.--

----(...) no que falou a Dr.^a Piedade, eu gostaria que de imediato chegassem ao meu gabinete todos esses pedidos de técnicos de diagnóstico-terapêutica, todos os médicos que quiseram vir para Odemira e que efectivamente lhe foi dada uma resposta negativa. Porque eu não tenho feito mais, eu e a minha equipa e o Presidente da Câmara é testemunha disso, de andarmos a tentar encontrar técnicos e médicos para vir não só para Odemira (...) que lhe garanto que

mesmo com formas de contrato que muitas vezes não são aquelas (...) que gostaríamos de ter (...) de imediato eu faço o contrato a esses profissionais, porque nós precisamos deles para o Alentejo. Também fica aqui o meu compromisso. Portanto faça-me chegar de imediato.-----

----Relativamente ao carro que nós tínhamos em Ourique e em Beja, o chamado VAP, (...) funcionava porque não tínhamos INEM na região, nós não tínhamos CODU, nós não tínhamos VMER e a A.R.S. Alentejo assumiu com os profissionais da Sub-Região de Beja a montagem desses dois carros rápidos. A partir do momento em que o CODU começou a funcionar, isto foi em Agosto de dois mil e seis, não era possível mantermos dois sistemas (...) obviamente estes dois carros tiveram que ser desactivados (...).-----

----O CODU é que é o grande responsável por toda a triagem a nível de emergência.”-----

----Concordou que existia em Odemira, uma grande falta de cuidados continuados, de cuidados paliativos e de cuidados ao domicílio e que em parceria com a Santa Casa da Misericórdia estavam a tentar ter um equipamento que pudesse responder à população, quer em termos de cuidados intermédios, como em longa duração.-----

----Relativamente aos cuidados ao domicílio, considerou que teriam de trabalhar mais em termos de organização e que teria de haver uma aposta maior nessa matéria.-----

----Referiu que a falta de recursos era um problema a nível nacional e difícil de gerir, e revelou que para o concelho de Odemira, era necessária a colocação urgente de mais quatro médicos. Informou ainda que até ao final deste ano, princípio do próximo, estava prevista a criação da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, onde se iriam integrar os dois hospitais e os Centros de Saúde, passando nesse caso a empresa pública, o que significava que, em termos de contratos, a situação poderia ser ultrapassada.-----

-----Interveio o Dr. Horácio Feiteiro, em representação do senhor Coordenador da Sub-Região de Saúde de Beja, que saudou todos os presentes e informou o seguinte, relativamente ao pagamento das ambulâncias: “foi a Direcção dos Serviços de Saúde que determinou, porque

há um Regulamento de Transporte de Doentes que sempre disse isso. Só que como não tínhamos uma linha orientadora que era o INEM, era muito difícil antes de ter o CODU, definir o que era urgente e não (...) e era um bocado o critério do Director do Centro de Saúde.-----

-----Neste momento de facto o CODU define o que é urgente e emergente (...) e tudo o que vai para Beja é pago pelo Centro de Saúde, o que não vai para Beja e que vem porque o doente decidiu chamar a ambulância e volta para casa é que não é da responsabilidade do Centro de Saúde”.-----

-----Quanto à questão das ambulâncias das Juntas de Freguesia, disse que a Sub-Região de Saúde de Beja é que tinha despoletado a situação quando pediram os alvarás e pressupunham que todas as Juntas de freguesia os teriam, porque o Regulamento para regularizarem a situação tinha acabado havia dois anos e a lei tinha-lhes dado quatro anos para o efeito. Disse ainda que compreendia que era quase, tecnicamente, impossível às Juntas de Freguesia conseguirem obter os alvarás, e bem assim que estranhava “porque é que a ANAFRE, há mais tempo, não se mexeu para pedir isenção de alvará, ou para pedir outro regulamento. E nós precisamos de facto dessas ambulâncias porque não temos como transportar esses doentes, de facto era trágico se as Juntas tivessem de parar de um dia para o outro”.-----

-----Considerou que teriam de encontrar uma solução porque as facturas que eram apresentadas na Sub-Região de Beja eram de “empresas ilegais”. Referiu ainda que ou decidiam que não era preciso alvará, ou que conseguiam tratar do alvará, ou então constituíam uma empresa, para tentar ultrapassar a questão.-----

-----Disse ainda que os VMER’s estavam definidos por GPS e nos acidentes iria sempre o que estivesse mais próximo. Informou também que “Há as estruturas dos bombeiros que não querem que ninguém interfira na sua área de actuação, não tem nada a ver com o VMER.-----

-----Por último, referiu que a senhora Directora do Centro de Saúde lhe tinha telefonado a perguntar se poderia dar os dados ao funcionário da Junta de Freguesia, ao que considerou que

não lhe tinha parecido muito educado, uma vez que o pedido deveria ter sido feito pelo próprio Presidente da Junta de Freguesia à Directora do Centro de Saúde, apesar dos dados serem públicos, no entanto não deveriam ter sido solicitados daquela forma e na véspera de uma reunião.-----

-----Interveio a Dr.^a Alda João, Directora do Centro de Saúde de Odemira, que depois de saudar os presentes, disse: “A senhora jornalista perguntou se era seguro estar em Odemira, eu só lhe digo que as muitas milhares de consultas que nós já tivemos, a nossa percentagem de mortes não chega a um por cento.-----

----Em relação depois à acusação que me foi feita da indisponibilidade para poder receber o senhor Deputado Soeiro, eu só queria dizer que recebi um telefonema na véspera, a dizer se poderia receber o senhor Deputado, numa altura em que estava em formação e portanto não poderia estar presente.-----

----Em relação também aos técnicos que queriam cá ficar, eu realmente já falei com muitos, já tentei “aliciar” alguns colegas para cá ficarem, ainda não consegui, mas tenho dito aos senhores Presidentes das Juntas e a quem tem vindo falar comigo e às pessoas que o dizem, que se conhecerem médicos que queiram vir trabalhar para Odemira, por favor apresentem-mos que eu farei, tal como a Sr.^a Dr.^a Rosa disse, seguir todo o processo para cá ficarem.”-----

----Informou ainda que a freguesia de Relíquias tinha médico de família e que na Zambujeira do Mar não havia médico de família, no entanto daquela população, apenas estavam inscritas cerca de quatrocentas pessoas. Disse também que na freguesia de São Luís não havia médico de família, apesar de existirem muitas pessoas inscritas, porque não tinham ninguém disponível para o efeito, o que lamentava, porque o seu desejo era dar uma cobertura total ao concelho de Odemira-----

----Seguidamente agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare o elogio.-----

-----Por último, disse “Em relação aos casos que aconteceram em Odemira, eu tenho ouvido falar muito em tempo de espera de socorro, ausência de prestação médica...Eu quero frisar bem que o que se passa até à entrada do doente no nosso Centro de Saúde não é da nossa responsabilidade. Dentro do Centro de Saúde eu nunca vi nenhum doente que ficasse com falta de socorro, nomeadamente os que morreram tudo fazemos, apesar de não sermos especialistas em emergência (...) dos doentes apesar de não podermos fazer muito mais por eles, fazemos tudo o que podemos, dentro dos meios que temos e com o cansaço em que já estamos (a nossa média de idade ronda os cinquenta anos), estamos com sobrecarga de bancos, mas continuaremos a prestar todo o socorro a qualquer doente que entre nas nossas instalações”.-----

-----Quanto às ambulâncias das Juntas de Freguesia, referiu que tinha directrizes específicas nessa matéria, porém já tinha reunido com os bombeiros, tendo acordado que estava disponível para verificar qualquer caso de urgência que não tivesse sido assinado, uma vez que em algumas credenciais as situações não vinham bem clarificadas.-----

-----Disse ainda que “é evidente que os bombeiros têm que cobrar às pessoas, porque muitas vezes vêm de ambulância e não têm justificação e se os bombeiros não cobrarem logo eles ficarão com a dívida, mas também é verdade que essas pessoas podem ser reembolsadas, se tal se justificar.”-----

-----Interveio o Eng.º Luís Melo, Director de Estradas de Beja, que saudou o presentes e agradeceu a preocupação pertinente e constante do senhor Presidente da Assembleia Municipal, no aceleração dos trabalhos, para benefício das pessoas que tinham se deslocado de longe.---

-----Agradeceu também as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal de quem era amigo pessoal.-----

-----Disse ainda que “Estou aqui apenas em nome pessoal, não represento nem Ministros, nem Governos, represento uma entidade responsável pela rede rodoviária do distrito e é nessa qualidade que aqui estou. Portanto, não estou mandatado por ninguém, a não ser por mim

próprio!-----

-----Eu acho que a saúde é o nosso bem mais importante (...) e portanto percebo que um tema com essa acutilância traga tantas pessoas a uma Assembleia (...). Não só fico satisfeito por ver tanta gente (...) mas eu sou um Alentejano adoptado há longos anos e considero que uma das grandes dificuldades desta região, é realmente à falta de união entre as pessoas e a falta de grupos, como este que está aqui, de trabalho e de exigência e portanto, é com muito orgulho que aqui estou a ouvir-vos, a tomar nota daquilo que entendo que deve ser tomado e a dar os esclarecimentos que vou prestar a seguir.(...)------

-----A melhoria das acessibilidades, é uma questão política ou a melhoria das acessibilidades é uma questão financeira? Certamente ninguém de bom senso, nem neste país e nem em país nenhum, se não pudesse, não dotaria o país de auto-estradas entre todas as localidades, julgo eu! Portanto, não estamos aqui a discutir um problema político, estamos a discutir um problema financeiro, o país não tem condições para um nível superior de exigência e portanto há que estabelecer critérios.-----

-----Uma das razões que é utilizada ou uma das bengalas que é utilizada para o estabelecimento desses critérios é aquilo que se chama o Plano Rodoviário Nacional. O Plano Rodoviário Nacional é um documento técnico que serve para estabelecer qual é o nível que as ligações entre as localidades devem possuir. Esse nível depende (...) de muitos parâmetros, provavelmente Odemira não corresponderá a alguns deles. Quantas Odemiras há no país? Muitas certamente!!”-----

-----Informou ainda que, relativamente ao concelho de Odemira, no Plano Rodoviário Nacional, a via principal que existia era o IC4 que já tinha tido um estudo prévio há longos anos e que, por razões ambientais, tinha sido considerado objecto de desconformidade ambiental, ou seja tinham considerado que o corredor pelo qual a estrada iria passar não tinha condições de defesa do ambiente e por isso tinha sido chumbado. Considerou também que essa decisão tinha

motivado um atraso de longos anos, pois caso contrário o IC4 já estaria concluído.-----

----Disse ainda: “Novos Governos, novas políticas, alguma coisa vai ficando para trás!” -----

----Revelou também que no momento as Estradas de Portugal tinham em fase de adjudicação um estudo tendente a determinar se, no concelho de Odemira e não só (Sines a Lagos), junto à costa, existia a possibilidade de construir uma estrada com as características de um itinerário complementar. Frisou também que “Não estou a dizer que nós estamos a lançar um estudo para construir o IC4, eu estou a dizer que se está a tentar determinar se, com os condicionalismos todos que existem ambientais, é possível encontrar um corredor para construir uma nova estrada com as características de um itinerário complementar.”-----

----Referiu ainda que a resposta poderá ser positiva ou negativa, o que queria dizer que o IC4 poderia efectivamente não ser uma realidade.-----

----Quanto à ligação entre Ourique e Odemira, informou que o Plano Rodoviário Nacional apenas previa uma estrada nacional, que era a que existia actualmente, mas na sua convicção, considerava que seria importante para a região, a existência de uma via transversal que ligasse Ourique ao futuro IC4 e não como actualmente existia no Plano (Ourique – Santa Luzia – Odemira).-----

----Por último, referiu que “as prioridades financeiras do país e que depois se reflectem ao nível do orçamento das Estradas de Portugal, neste momento impõem como primeira preocupação o terminus da construção em Portugal dos itinerários complementares, em primeiro lugar os itinerários principais e em segundo os itinerários complementares, o que quer dizer que pretensões para lá de IP’s e IC’s terão que esperar se calhar melhores tempos!-----

----A obra neste momento em curso (Estradas Nacionais trezentos e noventa e trezentos e noventa e três) é estendida até ao Cercal, portanto a obra vai do Cercal até à proximidade de Odemira, assenta sobre a estrada actual, (...) é o aproveitamento da plataforma actual.(...) Embora seja uma obra de grande envergadura, não irá além disso.-----

-----Muito Obrigado e Boa Noite!-----

-----Interveio o senhor Augusto Inácio Maria, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, que saudou todos os presentes e considerou que “os bombeiros neste período difícil que ocorreu, que deram bem conta do recado”.-----

-----Relativamente às ambulâncias das Juntas de Freguesia disse que reconhecia que eram necessárias para fazerem os serviços na freguesia, mas considerava que deveria haver uma melhor organização dos serviços que têm esse tipo de equipamento no concelho de Odemira, uma vez que existiam ambulâncias nas Juntas de Freguesia, nos bombeiros e em algumas entidades que faziam a actividade de transporte de doentes.-----

-----Interveio o senhor Nazário Viana, Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, que saudou todos os presentes e elogiou a colaboração e o trabalho que a Dr.^a Alda e o Dr. Horácio têm vindo a efectuar junto dos bombeiros, em prol do concelho de Odemira.-----

-----Referiu ainda que, quando apareceu o CODU no concelho de Odemira, ele teve a preocupação de fazer chegar às Juntas de Freguesia e a outras entidades, as preocupações dos bombeiros. Também demonstrou ao senhor Presidente do INEM que o concelho de Odemira não era um concelho qualquer e tinha umas certas dificuldades derivado às distâncias.-----

-----Revelou que “nós seguimos o protocolo do INEM conforme passagem de dados em que nós fazemos do local ao operador CODU e ele é que nos dá as orientações (...) Os bombeiros não têm quintas e há treze anos (...) que eu tentei acabar com as quintas neste concelho. O acidente não é de ninguém. O acidente é de quem chega ao pé, é a primeira ambulância a chegar ao pé, por isso nós não temos quintas”.-----

-----Informou ainda que os bombeiros de Odemira tinham ambulâncias melhor equipadas que as do INEM, tinham seis ventiladores e um desfibrilhador que não poderiam usar, porque não era considerado um serviço dos bombeiros, mas sim um acto médico, que poderiam emprestar.

Disse ainda que estavam a equipar um ventilador portátil.-----

----Revelou também que muitas vezes e apesar de existirem muitas ambulâncias, eram insuficientes, porque muitas estavam às portas do Hospital de Beja, chegando a esperar pelos doentes cerca de quinze horas.-----

----Por último, considerou que “também é uma questão de organização, temos que acabar com as quintas, porque senão acabarmos com as quintas, não vamos a lado nenhum. (...) vamos para uma missão de salvar vidas. Os Bombeiros Voluntários de Odemira não olham a dinheiro, para salvar vidas, mas muitas das vezes os consumíveis que nós gastamos no local do acidente, já o dinheiro, poucos tostões que a A.R.S. nos dá, não dá para pagar”.-----

----Informou também que sempre se preocupou com a problemática dos suicídios no concelho de Odemira, e num levantamento feito por ele desde mil novecentos e noventa e três, já se tinham suicidado cento e noventa e seis pessoas, o que era gravíssimo e que merecia também uma reflexão nessa área.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a presenças dos convidados nesta sessão.-----

-----Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e três horas e cinquenta minutos.-----

-----Pelas vinte e quatro horas e dez minutos, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----Interveio novamente o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que relativamente à intervenção do Dr. Horácio em relação aos alvarás das ambulâncias, disse que a única legislação existente era a Lei número trinta e oito barra noventa e dois e a portaria número mil cento e quarenta e sete, barra dois mil e um, alterada pela portaria número mil trezentos e um A, barra dois mil e dois. Considerou ainda que aquela

legislação aplicava-se a entidades privadas e não falava nas Juntas de Freguesia.-----

-----Disse ainda que “não andamos aqui a brincar e eu não quero entrar em quintas de ninguém e nós podemos prestar um serviço útil a todos. (...) O problema não é só nosso, o problema existe a nível do país, mas mais a nível do distrito de Beja”.-----

-----Por último, disse que a nível do Alentejo, já tinham reunido com as Juntas de Freguesia que tinham ambulâncias e inclusivamente com a A.R.S. do Alentejo, onde foram apresentados os dados recolhidos, nomeadamente os quilómetros que faziam. Revelou que a Junta de Freguesia de Sabóia tinha feito duzentos e trinta e sete mil quilómetros apenas no ano transacto, o que revelava o trabalho que faziam com as respectivas populações.-----

-----Interveio novamente o senhor Fernando da Encarnação que disse o seguinte: “Eu queria demonstrar aqui o pessimismo que há pouco, na anterior intervenção exprimi e para tal socorro-me da acta de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal realizada em vinte e quatro de Abril de mil novecentos e noventa e três. Há catorze anos!”-----

-----Seguidamente leu a sua intervenção proferida naquela acta que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----Referiu também “depois disto, isto há catorze anos, daí eu apostar dobrado contra singelo, em como não vamos ter aquilo que merecemos, ou seja não vamos ter o tal carro de emergência semi-rápida até Junho, se vier depois do Verão já é bom! E vem por causa de todo este mediatismo, destes dois acontecimentos que infelizmente enlutaram o concelho.-----

-----E apesar de tudo isso, eu no entanto gostaria de deixar aqui bem expresso que como odemirense dói-me ver o estado em que está a nossa saúde aqui no concelho. Dói-me profundamente, porque há cerca de dezasseis, dezassete anos que andamos nesta luta e vê-se...tivemos além um internamento com oito camas, não as vinte que nós solicitámos, apenas oito! E essas oito já acabaram com elas. Vai tudo acabando! Vai tudo acabando! Meu belo Ártico!”-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse o seguinte: “Eu acho é que as pessoas que aqui estavam que fizeram alguns desafios, disseram algumas coisas como sendo inverdades que eu disse, como sendo inverdades e que me tocaram na pele, posso assim dizê-lo que tenho casos concretos, verídicos daquilo que se passou, estas pessoas estão é mal esclarecidas. E era isso que eu queria provar que estavam mal esclarecidas, nomeadamente em relação às intervenções que foram feitas e vou ser sintético, dizer o seguinte: desafiar as Juntas de Freguesia a constituírem empresas para resolver o problema dos alvarás, é de quem não tem a noção mínima do que é o poder local democrático instituído pelo Vinte e Cinco de Abril. O poder local democrático não é nenhuma empresa! Nenhuma Câmara, nenhuma Junta de Freguesia é uma empresa! É por direito próprio aquilo que tem, está consignado, portanto estar a dizer aqui para constituírem empresas para resolver o problema parece-me que é grave.-

----E é um desconhecimento da Lei porque (...) o diploma não diz nada disso. O diploma de facto, foi feito para resolver alguns problemas, alguns problemas das empresas que se estavam a criar e foi feita uma interpretação que na minha opinião e por aquilo que conheço, em termos de documentos do meu partido, é uma interpretação errada, abusadora e que tem que ser dirimida”.-----

----Considerou que aquela situação era apenas uma questão política, porque a maioria das ambulâncias naquelas condições apenas existiam no Alentejo.-----

----Disse também que “quando acontece um caso que se liga para o cento e doze, o cento e doze pergunta em primeiro lugar qual é a idade da pessoas, que é para ver se os órgãos servem ou não para aproveitar. Tenho que o dizer, que fique em acta (...) porque se a pessoa tiver mais de cinquenta anos (...) pode morrer à vontade, isto é mau, isto é grave!-----

----As pessoas têm que se socorrer dos bombeiros ou das Juntas de Freguesia, são transportadas para o Centro de Saúde e depois daqui, o médico que está de serviço se considera que é um caso de urgência, manda para o Hospital de Beja, mas quem tem que pagar a

ambulância é a pessoa, que tem de pagar aos bombeiros e às Juntas de Freguesia.”-----

-----Revelou que existiam Juntas de Freguesia com muito dinheiro por receber, porque tinham “receio de ir pedir o dinheiro às pessoas, porque as ambulâncias foram compradas pelo povo, estão a ser geridas por eles, com todos os sacrifícios e com todas as questões”. Em face ao exposto, questionou se aquele não era considerado um serviço de urgência, e bem assim quando o era porque não seria pago na globalidade.-----

-----Quanto à resposta da Dr.^a Alda em relação à visita do Deputado José Soeiro, disse que “foi por um telefonema de véspera, mas a véspera era domingo, estava de serviço no Centro de Saúde? A senhora desconhece quem é o Ministro dos Assuntos Parlamentares, quando sai um Deputado tem que fazer a apresentação para o Ministro fazer os percursos que são necessários das entidades oficiais, para as avisar, para as informar? Não sabe, desconhece isto completamente! (...)-----

-----Em relação ao senhor Engenheiro Melo, todos nós sabemos que há prioridades, todos nós sabemos que é preciso o dinheiro, mas é um problema político. Alguém tem dúvidas que é um problema político? Então há quantos anos a estrada de Vila Nova, do Cercal a Odemira, estava em PIDDAC, com um milhão e meio de contos? Há quantos anos? O que é que a Direcção de Estradas de Beja através do I.E.P. respondeu aos nossos Deputados na Assembleia da República? Respondeu que a obra ia imediatamente avançar e andou anos nisto!-----

-----O que é que se passa com o IC4? Agora é preciso estudar um outro corredor? Então o trabalho que foi feito por esta Assembleia Municipal, os Autarcas deste concelho ao longo dos anos que definiram qual era, de facto, o percurso que interessava a todos, então porque é que não aproveitaram aquilo que é o interesse das pessoas deste concelho? Agora vão estudar um corredor? (...)-----

-----Nós somos mal tratados! Doutor, isto é verdade! Então os senhores que aqui estão, não podiam estar mais uma hora ou duas ou três? Então e o Presidente da Câmara tem que andar aí

léguas para ser recebido aqui e ali e acolá! Não tem que chegar a casa de madrugada e às vezes dormir fora, etc, etc. Acontece com ele, como aconteceu comigo. Então e para isso tem que haver horas?-----

-----Estas pessoas que aqui estão foram convidadas (...) mas estão aqui em representação de serviços públicos, não estão aqui em representação pessoal. Porque razão é que não podem estar aqui mais duas ou três horas, para discutir connosco, para falar connosco, para nos ouvir até ao fim?-----

-----Era bonito que tivessem ouvido a intervenção do senhor Fernando Encarnação, porque ela é real, é real em noventa e três e é real hoje.-----

-----Nós não podemos continuar a ser espezinhados e mal tratados, Presidente! Nós temos direitos! Os nossos direitos são iguais a um cidadão de Lisboa, como o do Porto, como de outro sítio qualquer. E querem fazer de nós parvos! E isso não pode ser, nós não podemos consentir!-

-----Daí o meu apelo para que a gente todos se una! (...) Não se admite que se seja dado aqui como informação que estão disponíveis para fazerem os contratos todos com as pessoas. Estão dois técnicos no Centro de Saúde que estavam a contrato, passaram-nos a recibo verde. (...)Então, mas porque é que não se diz a verdade? Que há outras razões! Digam que há outras razões e talvez a gente aceite, agora querem-nos atirar areia para os olhos! Não pode ser (...)”.-

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse o seguinte: “As pessoas que aqui estiveram, disseram o que disseram, o senhor Vereador disse o que disse, eu não me meto nisso (...). Se foram convidadas para vir prestar esclarecimentos e dar contributos, eu reitero o que lhe disse (...) eu nesta posição não convido ninguém que venha de longe para lhes estar, digamos, a dar uma ideia de que vieram porque quiseram, não vamos agora também não ter em atenção que vão para longe.”-----

-----Interveio novamente o senhor Edgar Santos, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que manifestou a sua satisfação de ver tantas pessoas na presente sessão

empenhadas em ter uma qualidade de cuidados de saúde no concelho de Odemira.-----

-----Disse também “enquanto representante do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e enquanto representante dos enfermeiros, o Sindicato não é só uma entidade que defende os direitos dos enfermeiros ou dos trabalhadores, também junto do Governo ou de outras entidades, pretende a melhoria da qualidade dos cuidados (...) e estamos disponíveis para dar contributos, assim o desejem (...)”-----

-----Disse ainda que a mudança dos contratos, não era da responsabilidade do Ministro da Saúde, mas do Ministro das Finanças. Revelou ainda que durante uma reunião com o senhor Primeiro Ministro, tinha feito um alerta para a questão da falta de técnicos no Distrito de Beja, especialmente em Odemira e, bem assim, sugeriu a abertura de um regime de excepção para admissão desse técnicos. O senhor Primeiro Ministro não lhe tinha respondido e tinha-os remetido, enquanto sindicato, para o Ministro da Saúde.-----

-----Considerou ainda que o INEM tinha tido muita pressa em criar o CODU no Alentejo, mas não tinha assegurado todas as condições, nomeadamente aquela viatura que o senhor Ministro tinha anunciado e que eles (enfermeiros) estariam disponíveis para a tripular, à semelhança do que já tinham anunciado em dois mil e quatro na Assembleia Municipal.-----

-----Disse ainda que, como membro efectivo da Ordem dos Enfermeiros, duvidava que a Ordem viesse a ter uma posição negativa como a Ordem dos Médicos. Referiu ainda que não havia o risco dos enfermeiros pedirem equivalências a licenciaturas e que inclusivamente já existiam técnicos de emergência médica.-----

-----Por último, lembrou que o problema de saúde centralizava-se na carência efectiva de técnicos e na caducidade e antiguidade dos meios, nomeadamente nos carros.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente às estradas nacionais trezentos e noventa e trezentos e noventa e três que referiu que o atraso da obra, tinha sido uma questão financeira, quando no seu primeiro mandato a senhora Manuela Ferreira Leite

tinha retirado a verba inscrita, quando nada o fazia prever e, bem assim tinha sido uma questão técnica, porque a Câmara Municipal tinha exigido que na entrada de Vila Nova de Milfontes e nos Alagoachos se fizessem rotundas, o que levou a uma alteração do projecto.-----

-----Em relação ao IC4, informou que a proposta tinha sido chumbada por questões ambientais, e lembrou que sempre houve uma grande pressão política da parte da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal para a sua execução e, bem assim referiu que inclusivamente chegaram a existir três propostas alternativas de corredor.-----

-----Por último disse que “isto é demasiado importante para se perder nos meandros partidários (...) a gente não deve desviar os olhos daquilo que é verdadeiramente importante”.-----

-----Interveio novamente a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís que, não querendo ser pessimista como o senhor Fernando da Encarnação e querendo confiar que desta vez não será como antes, lançou o seguinte desafio: “Nós não podemos perder esta oportunidade que temos agora e em que tomámos visibilidade finalmente”. Em face do exposto referiu que, se as coisas nos próximos tempos (muito próximos), não andassem, desafiava todas as pessoas, porque estavam todos pelo mesmo, a partir para coisas mais efectivas, para demonstrar que também éramos capazes de fazer muito barulho e de chamar as pessoas e as coisas pelos nomes e de irem onde fosse preciso, a Lisboa, ao Terreiro do Paço e aos sítios que fizessem falta.-----

-----Disse ainda que: “Nós estamos enfiados para este canto, ninguém nos passa cartão, parece que as estradas isso já eram, eram uma miragem, a saúde é aquilo que a gente sabe! Temo-nos de juntar todos e nos mobilizar todos!”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que lembrou os documentos apresentados nesta sessão e depois de apreciados, foram colocados à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----A) **Proposta** “para ser enviada ao Senhor Ministro da Saúde”, apresentada pelos

membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que referindo-se ao primeiro parágrafo da proposta, sugeriu que a palavra “temendo” fosse substituída, porque considerava ser um pouco ofensiva, relativamente à intenção que pretendiam com aquela proposta.-----

-----Depois de apreciado o assunto, foi deliberado por consenso que o texto definitivo da Proposta fosse o seguinte:-----

-----**“PROPOSTA**-----

-----**“Para ser enviada ao Senhor Ministro da Saúde:**-----

-----Satisfeitos com o anúncio das medidas apresentadas pelo Senhor Ministro da Saúde, em conferência de imprensa, como solução para o problema despoletado pela Comunicação Social, mas confiando que esse anúncio passe da mera intenção de acalmar as vozes descontentes, gostaríamos de saber, no mais curto espaço de tempo possível, quando é que as medidas anunciadas vão ser implementadas, mais concretamente:-----

----- - Quando está prevista a vinda da viatura denominada “URSIV – Unidade Rápida de Suporte Intermédio (ou Imediato) de Vida”?-----

----- - Quem vai tripular essa viatura e se já está calendarizada a formação necessária para esses técnicos.-----

----- - Qual a data prevista para o início do funcionamento dessa viatura?-----

----- - Quanto à implementação do anunciado S.U.B. – Serviço de Urgência Básica (que já estava previsto antes destes casos mais mediáticos, embora os mais distraídos não tivessem essa informação), sabendo que 2 médicos e 2 enfermeiros já estão de serviço no S.A.P. durante o dia, gostaríamos que nos fosse informado quando é que passará a haver 2 médicos e 2 enfermeiros durante a noite, assim como quando é que o prolongamento do serviço de Radiologia passa para as 24 horas do dia?-----

----- - Tendo por nós sido constatado que com a cobertura do Serviço Nacional de Emergência Médica no Concelho, tem sido mais frequente a vinda de helicópteros ao S.A.P., e tendo também por nós sido constatado numa dessas vindas nocturnas que o piloto, por dificuldades que só ele saberá explicar, teve que aterrar no parque de estacionamento entre automóveis, pondo em risco a sua vida, a dos tripulantes, o helicóptero e o próprio equipamento e, partindo do principio que cada vez mais será solicitada a vinda de meios aéreos a este serviço de urgência, gostaríamos também que nos fosse informado se está prevista a construção de um “heliporto” ou “heliponto” junto ao serviço de urgência do Centro de Saúde de Odemira.-----

-----Odemira, 2007-02-02”-----

-----Esta Proposta foi aprovada pela unanimidade dos membros presentes;-----

-----B) **Proposta** apresentada pelo senhor Ricardo Cardoso, em nome dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sobre a constituição de uma Comissão Eventual para a Saúde.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que a Comissão Eventual pudesse posteriormente integrar profissionais da saúde, uma vez que não existia ninguém na Assembleia Municipal com essa qualidade.-----

-----A senhora Helena Loermans sugeriu que posteriormente, também pudesse integrar alguém que representasse os bombeiros.-----

-----Pelo senhor Ricardo Cardoso, foi efectuado um aditamento à proposta em causa, com a constituição da citada Comissão Eventual que seria composta por: Presidente da Assembleia Municipal; Três eleitos pelo P.S.; Dois eleitos da C.D.U.; um eleito pela Coligação Por Odemira.-----

-----Esta Proposta foi aprovada pela unanimidade dos membros presentes.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que posteriormente seriam indicados por cada força partidária os nomes dos respectivos representantes.-----

-----C) **Moção**, apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Socialista. Foi aprovada

pela unanimidade dos membros presentes;-----

-----D) **Proposta**, apresentada pelos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que possuíam ambulâncias. Foi aprovada pela unanimidade dos membros presentes.-----

-----Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por consenso.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas duas horas.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo Segundo Secretário.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----